
GEOGRAFIA COMPORTAMENTAL E O TERRITÓRIO MENTAL: POR UM TERRITÓRIO SEM FRONTEIRA (?)¹

Sebastião **CERQUEIRA-NETO**

Doutor em Geografia. Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Email: cerqueiraneto.mg@gmail.com.
Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7358-8958>

Leonardo **THOMPSON DA SILVA**

Doutor em Geografia. Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Email: leonardothompson@gmail.com;
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3844-7313>

José André **RIBEIRO**

Doutor em Filosofia. Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Email: joseandre14@hotmail.com; Orcid:
<http://orcid.org/0000-0003-2983-3447>

Ricardo Almeida **CUNHA**

Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais. Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Email:
rcunha@ifba.edu.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4819-2649>

Ricardo Rodrigues **MENDES**

Doutorando em Difusão do Conhecimento. Instituto Federal da Bahia/Campus Porto Seguro. Email:
ricajoaima@yahoo.com.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0830-3447>

Histórico do Artigo:

Recebido

Dezembro de 2020

Aceito

Abril de 2021

Publicado

Julho 2021

RESUMO: Os estudos sobre geografia, geralmente, se utilizam de vetores concretos para construir suas análises. Porém, um território não é construído apenas por aquilo que podemos mapear. O território tem sua dinâmica conduzida pelas ações que o homem impõe sobre ele, e estas ações não são mecânicas, são os resultados de ebulições mentais, de comportamentos, de sentimentos. Esse estudo é uma proposta de aproximação entre o território geográfico e o território mental numa tentativa de contribuir com a interpretação do mundo em que vivemos, objetivo principal da geografia.

Palavras-Chave: Território. Geografia Comportamental. Sem Fronteira.

¹O artigo é um fragmento da minha pesquisa de pós-doutorado desenvolvida no HCTE/UFRJ Sob a supervisão do Prof. Dr. Evandro Ouriques, tendo sido elaborado por dois geógrafos e um filósofo.

Revista Equador (UFPI), Vol. 10, Nº 1, Ano, 2021, p. 28 – 49.

Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

BEHAVIORAL GEOGRAPHY AND MENTAL TERRITORY: FOR A BORDERLESS TERRITORY

ABSTRACT: Studies on geography generally use concrete vectors to construct their analyses. However, a territory is not built only by what we can map. The territory has its dynamics driven by the actions that man imposes on him, and these actions are not mechanical, they are the results of mental ebullities, behaviors, feelings. This study is a proposal of approximation between geographic territory and mental territory in an attempt to contribute to the interpretation of the world in which we live, the main objective of geography.

Keywords: Territory. Behavioral Geography. No Border.

GEOGRAFÍA CONDUCTUAL Y TERRITORIO MENTAL: PARA UN TERRITORIO SIN FRONTERAS

RESUMEN: Los estudios sobre geografía generalmente utilizan vectores concretos para construir sus análisis. Sin embargo, un territorio no está construido sólo por lo que podemos mapear. El territorio tiene su dinámica impulsada por las acciones que el hombre le impone, y estas acciones no son mecánicas, son los resultados de ebulliciones mentales, comportamientos, sentimientos. Este estudio es una propuesta de aproximación entre el territorio geográfico y el territorio mental en un intento de contribuir a la interpretación del mundo en el que vivimos, el principal objetivo de la geografía.

Palabras clave: Territorio. Geografía Conductual. Sin frontera

INTRODUÇÃO

É preciso que repensemos sobre a ideia de que vivemos numa aldeia global. Se entendermos a aldeia na concepção indígena, então, estaremos bem distante de alcançar o nível de convivência entre nós e de nós com o território tal qual a dinâmica das etnias nativas em todos os continentes; mas, se for apenas uma metáfora, é, então, um desejo utópico, um bom argumento ecológico, ou mesmo, se configurar numa incapacidade epistêmica da teoria cultural e das economias políticas “de lidar com *as outras epistemes, como as indígenas, na medida em que estas falam frequentemente do lugar da Natureza como viva e, portanto da verdade*” (OURIQUES, 2014, p.41). Numa aldeia não se vê muros, não há impedimento de mobilidade pelo território, tampouco, há distinção de lugares para seus moradores, isto é, não há lugares opacos, assim o território mental pode ser compreendido como o encontro epistemológico entre cultura e a natureza, entre espaço e poder e lugares luminosos.

A nossa realidade nos mostra que, mesmo vivendo num único território, vivemos segregados dentro dos limites cartográficos impostos por uma geografia oficial. Assim, a cartografia oficial, gerada pela geografia oficial é utilizada baseada na justificativa que objetiva administrar melhor o território, porém, nos impõe uma condição de limitação de mobilidade pelo território. No entanto, estamos assistindo nesse século uma eclosão de movimentos, solitários, organizados ou mesmo desorganizados, que estão transgredindo os mapas oficiais das cidades, dos estados, dos países e dos continentes.

Essas transgressões são carregadas de diferentes objetivos e simbolismos, contudo, para essa proposta de pesquisas elas serão tratadas como ações de indolentes. O indolente pode ser um termo depreciativo, porém, se entendermos que sua definição pejorativa pode ser revertida por um outro olhar; então, a indolência pode ser o insensível que não se sensibiliza com a perfeição matemática dos mapas que nos segrega; pode ser o negligente, que negligencia as fronteiras impostas pela cartografia oficial; e é aquele que não se preocupa em seguir regras, pois a sobrevivência dele pode estar no ultrapassar uma fronteira.

Portanto, trataremos nesse artigo de uma indolência necessária para a construção da concepção de que vivemos no mesmo planeta; o que não se trata de uma visão utópica, mas, concreta, sobretudo, porque as indolências humanas são concretizadas a partir do momento em que elas ignoram a geografia oficial. Essa geografia produzida pelos governos se torna obsoleta frente às diversas necessidades da humanidade, seja no Brasil ou em qualquer outra parte da Terra.

TERRITÓRIO: DO GEOGRÁFICO AO MENTAL

Certamente que o território se configurou como o principal objetivo de estudo da Geografia. O geógrafo em suas pesquisas produziu uma gama de conceitos buscando definir o significado de território, no entanto, para este estudo foram compiladas algumas definições que dão sustentação para compreender a dinâmica de um dado território através de variáveis que, mormente, têm o ser humano como protagonista.

O território abordado pelo geógrafo Sposito (2004) é dividido em duas possibilidades de compreensão: uma que privilegia o sistema de redes, voltada para a velocidade, conexidade e a instantaneidade das informações e da comunicação, onde há o desaparecimento das barreiras físicas da geografia. E, a outra está ligada ao cotidiano dos indivíduos, com escalas bem reduzidas como, por exemplo, a casa, a rua, o ambiente de trabalho.

Os geógrafos Silva e Silva (2003) entendem o território como uma “organização social”, por apresentar na sua essência elementos culturais que contribuem para a identificação do mesmo. Assim, a cultura como algo imaterial passa a ser a delimitadora de um determinado território; tem-se, então, um território cultural cartografado pelo alcance imaginário da manifestação de uma cultura.

Gupta e Ferguson (2000), antropólogos, dizem que o território em seu estado físico foi por muito tempo o único meio para se interpretar ou identificar a diferença cultural; para eles é preciso que surjam “grades múltiplas que nos permitam ver que conexão e contiguidade (...) graças a fatores como classe, gênero, raça e sexualidade, e estão disponíveis de forma diferenciada aos que se encontram em locais diferentes do campo do poder” (Gupta e Ferguson, 2000, p.47); aqui, o território dá origem a outros territórios que serão identificados através de particularidades encontradas em grupos de pessoas.

Para o geógrafo Raffestin (1993, p.153) “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Raffestin reconhece a possibilidade da construção de mapas mentais a partir da diversidade de poderes que delimitam seus territórios. Para Ferrão (2002, p.14), geógrafo português, “o território constitui, de facto, uma componente essencial dos processos de construção social da cidadania, pelos contextos particulares de interação social e de acção coletiva que propicia. Mas não detém, obviamente, o monopólio desses processos”. Daí a percepção de que todo território tem sua condição de coletividade, mas, também é construído pelas individualidades.

Para o cientista social Evandro Ouriques (2009, p.77), o território é uma

Categoria hoje central na análise das questões sociais e que só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais.

É nessa reflexão que Ouriques (2009) propõe, chamando a atenção da importância das atitudes mentais, que sua contribuição teórica pode ser utilizada nas análises geográficas, sobretudo dentro da geografia humana. Uma abordagem geográfica que venha a se apoiar na visão de Ouriques (2009) se torna pertinente porque mesmo que o homem seja o centro num determinado estudo de geografia, pouco se dá atenção sobre a influência que seus sentimentos têm sobre a configuração de um território. No entanto, essa relação é indissociável, pois, não há como separar o território mental do território do geográfico, ainda mais se levarmos em consideração que o território só pode ser produzido pelo homem. Logo, todo território é projetado na mente, carregado de sentimentos de toda natureza, para depois se concretizar nas

diferentes paisagens. Portanto, o que se vê num dado território, salvo os elementos físicos de uma paisagem, é o resultado de um complexo sistema que produz mapas mentais originados de múltiplos sentimentos, percepções, desejos.

Assim, toda vez que um território é analisado sob a óptica da ação humana, é fundamental entender que todos os símbolos impressos nesse território decorrem não apenas de uma ação mecânica e não intencional; pois o território geográfico é também fruto do território mental manifestado de forma coletiva ou individual. Todavia, se não se pode analisar o processo de formação do território mental, é possível através do concreto obter informações sobre quais atitudes mentais guiaram a construção da cartografia em que vivemos.

Os conceitos sobre território apresentados nesse texto possuem certa uniformidade quando elaborados por pesquisadores que tomam como norteamento a sociedade e suas ações; e a falta de um conceito universal, dependendo da percepção de cada autor, abre a possibilidade para inúmeras interpretações. Contudo, para a geografia estas e outras inúmeras possibilidades de como se estudar o território não devem se configurar como obstáculos, mas, como fontes inesgotáveis de combinações teóricas.

TERRITÓRIO MENTAL E A GEOGRAFIA COMPORTAMENTAL: AFINIDADES TEÓRICAS E DE ANÁLISE

A proposição do uso do Território Mental nos estudos geográficos só é possível na Geografia Humana, especificamente, na Geografia da Percepção e do Comportamento ou, simplesmente, Geografia Comportamental. Segundo Milton Santos (2004, p.91) essa seria uma das novas tendências da Geografia, e o fundamento da sua abordagem “vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira de específica de apreender o espaço, mas também o de avaliar”. Portanto, é possível realizar uma análise da configuração territorial aproximando o conceito de Território Mental com a perspectiva de estudos sugeridos pela Geografia Comportamental.

Ao trazer o Território Mental para os estudos da Geografia a intenção é entender a dinâmica e a configuração antes da sua concepção, pois, o que se vê num território, suas rugosidades, é o resultado do que foi pensado antes; pensamentos individuais, pensamentos em grupos, em rede, organizados ou não etc. Evidentemente que esta pesquisa não tem a pretensão de abarcar o campo de atuação do Território Mental, haja vista que Ouriques (2009) propõe que sua teoria possa ser utilizada, por exemplo, na comunicação, na política, na

economia. No caso específico dessa pesquisa o uso desse conceito vem como um aporte teórico na análise de um determinado tipo de dinâmica territorial, que são as transgressões de fronteiras.

Assim, buscando construir mais uma ponte que possibilite a decodificação da dinâmica territorial, essa pesquisa propõe o uso do conceito de Território Mental, que segundo seu formulador Evandro Ouriques (2009), é o único território humano, tendo em vista que “*território* enquanto espaço + relações de poder é conceito também aplicado aos animais não humanos” (OURIQUES, 2009, p.80). Para Ouriques (2012) é no território mental que onde ocorre o fluxo de pensamentos, afetos e percepções, ou seja, o fluxo dos estados mentais que são a fonte de referência para a ação no mundo, sobretudo, na construção de cartografias excludentes.

A proposição teórica do território mental é pensada sob a luz da filosofia e da psicologia, e que se propõe a estudar um determinado tipo de território que assim como o geográfico, também possui diferentes escalas de grandeza. O que difere o território mental do geográfico é que ele se caracteriza por uma imprecisão cartográfica e, por vezes, indomável; daí a dificuldade de cartografá-lo e, por conseguinte, mais complexo de ser estudado se levarmos em conta que cada um de nós é um território mental (OURIQUES, 2012). Já o território geográfico é produzido por fragmentações cartográficas, palpáveis através da impressão numa folha de papel, cunhado em cálculos matemáticos, produzindo demarcações que propõem um cenário onde as semelhanças fisiográfica, econômica e cultural, com caráter de homogeneidade, seriam a base para suas concepções.

Certamente que o território mental e a geografia comportamental vão se oporem a um cenário de homogeneidade, visto que mesmo a coletividade num dado território, internamente, tem suas singularidades. E ainda vivamos “muito mais preocupados com o fazer, com o alcançar resultados práticos, do que com o refletir” (SPOSITO, 2004, p.121), a atividade intelectual sempre será fundamental para encontrar outros caminhos, contrapondo ao maniqueísmo que atualmente norteia as análises globais e locais.

Se a Geografia Humana tem como premissa o desenvolvimento de um pensamento crítico, então, o exercício de filosofar se torna imprescindível, haja vista que “já não se pode produzir conhecimento em Geografia sem colocar-se a questão de uma reconstrução epistemológica e, portanto, filosófica” (SILVEIRA e VITTE, 2010, p.13). Por isso que, propor uma análise geográfica, sobretudo, se esta estiver norteada por uma visão humanista, deve significar a possibilidade de descobrir, experimentar e combinar outras formas de se pensar o território buscando também em intelectuais, fora da Geografia, mas que se dedicam a

pensar na relação da sociedade com o território, pois só assim a Geografia cumpre seu objetivo maior que é o de colaborar com a interpretação do mundo em que vivemos. Uma única ciência, com seus conceitos, não dará conta dessa tarefa que é inacabável; daí a importância da construção de pontes com outras áreas do conhecimento.

A proposição da inserção do Território Mental nos estudos geográficos só é possível na Geografia Humana, especificamente, na Geografia da Percepção e do Comportamento. A afinidade de Ouriques (2009) com as questões do território está expressa quando ele entende o território como uma categoria importante para a “análise das questões sociais e que só revela sua potência de produção de autonomia interdependente quando alimentada por mudanças efetivas nas relações de poder, que são – sempre e apenas – determinadas por atitudes mentais” (OURIQUES, 2009, p.77). E são as atitudes mentais que, por conseguinte refletem o comportamento humano, o ponto de intersecção com a geografia comportamental, que segundo Milton Santos (2004, p.91) seria uma das novas tendências da Geografia, e o fundamento da sua abordagem “vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira de específica de apreender o espaço, mas também o de avaliar”. Esta proximidade entre os conceitos de Território Mental e da Geografia Comportamental é a justificativa maior da gênese dessa proposta de reflexão que apresento aqui, um esforço mental de estabelecer uma conexão entre a dinâmica territorial e o comportamento humano; uma tarefa árdua devido a dificuldade de se cartografar o pensamento das pessoas. Por isso, essa reflexão toma como referência algumas relações que se dão dentro de cartografias oficiais, isto é, dentro dos mapas municipais, estaduais, nacionais e continentais.

Ao utilizar o Território Mental como uma vertente de análise a intenção é entender a dinâmica (fluidez das pessoas) e a configuração do território (elementos fixos) sob a perspectiva da sua concepção enquanto resultado de pensamentos individuais, pensamentos em grupos, em rede, organizados ou não etc. Certamente o uso do Território Mental pode se dar em diferentes campos dos saberes como, por exemplo, na comunicação, na política, na economia, onde Ouriques aprofunda seus estudos. No caso específico dessa pesquisa o uso do conceito proposto por Ouriques é em direção à análise de um determinado tipo de dinâmica territorial, que são as transgressões de fronteiras.

Milton Santos (2004, p.92) enxerga na Geografia Comportamental “uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais”; e é na individualidade que se encontra outro de amalgama dessa geografia com a teoria de Evandro Ouriques, tendo em vista que se cada um de nós temos um território mental, então, cada um constrói uma forma de pensar o território geográfico gerando várias geografias. Por outro lado, é aqui que

se insere uma das dificuldades de análises elaboradas sob a luz da Geografia Comportamental e do Território Mental, pois, geralmente, as ações coletivas tendem a superar ou suprimir a individualidade em questões que envolvem dinâmicas territoriais. Parafraseando Ouriques (2009) em sua reflexão sobre o território mental como o nó górdio da democracia; poderia dizer que a geografia comportamental e o território mental seriam os nós górdios na utopia de atingir um território democrático. Todavia, este texto se apropria do conceito de Território Mental objetivando mostrar que tanto as cartografias oficiais e/ou econômicas, os mapas de segregação, quanto as transgressões dessas cartografias são organizadas por diferentes estados mentais que levam a criação de mapas mentais, territórios mentais que podem ou não se concretizarem no território geográfico.

A GEOGRAFIA E O SEU PAPEL COMO A CIÊNCIA DO ESPAÇO

A Geografia enquanto ciência sempre procurou identificar o seu objeto de estudo e sua função, sobretudo, com a preocupação de se situar como uma ciência e assim poder ter o reconhecimento das outras ciências. Ao longo da sua história o seu objeto de estudo foi sendo produzido de acordo com as diferentes correntes de pensamentos, contraposto por sua dicotomia interna. Em *Geografia, pequena história crítica* Moraes (2005, p.03) diz que “em termos científicos há uma imensa controvérsia sobre a matéria tratada por essa disciplina. Isto se manifesta na indefinição do objeto desta ciência, ou melhor, nas múltiplas definições que lhe são atribuídas”. Dessa forma, é possível que os geógrafos estejam, ainda nos dias atuais, em busca de uma identidade científica, e, ainda mais, nem mesmo na sociedade sabe o que faz o geógrafo; e aqui, talvez, seja a pior parte do não reconhecimento, pois, quando a sociedade não compreende o que faz um acadêmico das Ciências Sociais e Humanas é que a construção científica e social do seu objeto de estudo ainda é uma incógnita. Seria a superfície terrestre, o espaço, o território o objeto de estudo da Geografia? Para Moraes (2005, p.03)

Alguns autores definem a Geografia como o estudo da superfície terrestre. Esta concepção é a mais usual, e ao mesmo tempo a de maior vaguidade. Pois a superfície da Terra é o teatro privilegiado (por muito tempo o único) de toda reflexão científica, o que desautoriza a colocação de seu estudo como especificidade de uma só disciplina.

Decerto que seria muita pretensão de uma ciência tomar para si o monopólio de interpretar toda a dinâmica, seja ela natural ou humana, que ocorre na superfície terrestre. Talvez, as infundáveis ramificações criadas pelos geógrafos recaíssem sobre os mesmos a responsabilidade de explicar o mundo em que vivemos; o que é um equívoco, ainda que essas ramificações se amparem numa metodologia interdisciplinar. Aliás, se uma pesquisa se

caracteriza por ser interdisciplinar, logo, se admite a dependência de outras disciplinas para se explicar o seu principal objetivo.

Ao discutir algumas questões sobre a Geografia, tais como, para que ela serve e os seus métodos, Moreira (1994, p.60) dirá que “durante longo tempo a geografia foi definida como uma descrição da paisagem. Sua tarefa consistia em apreender a morfologia do espaço”; este seria o objetivo inicial da geografia sob a perspectiva de sua origem como ciência na Alemanha, uma geografia intimamente ligada ao determinismo ambiental. Já a primeira corrente de geógrafos franceses apresentaria uma geografia onde o homem fosse o principal agente de um território, pois a ele era conferido o poder de transformar e controlar a dinâmica dos elementos naturais, dando origem ao que chamamos de geografia humana. Tem-se, então, a raiz da dicotomia da Geografia, que mesmo sob todas as críticas deferidas a ela, inclusive nos dias atuais, ofereceu e ainda hoje oferece contribuições indispensáveis para quem deseja ter o território como objeto de estudo.

O fato é que a geografia ficou dividida entre humana e física, e parece que perdemos a capacidade de fazer uma única geografia. De acordo com Milton Santos (2002, p.30) “as subdivisões da disciplina, como a que separa a geografia física da geografia humana, ou a geografia geral da geografia regional, às vezes conduzem a deixar em segundo plano o seu caráter globalizante e totalizador”. Daí a importância de estudar o território, pois, na sua construção estão os elementos naturais e o trabalho do homem.

Mas, o que faz a Geografia? Sua origem etimológica deriva dos radicais gregos sendo, geo = Terra e grafia = escrita; logo, essa ciência teria como objetivo principal a descrição das paisagens. Evidentemente que essa definição não traduz a grandeza e a complexidade do trabalho de um geógrafo, que através das ramificações existentes na Geografia, enquanto ciência, produz inúmeras possibilidades de se interpretar um território. No que se refere ao papel do geógrafo, decerto que sua principal atividade se encontra na produção de interpretações da análise espacial estabelecendo o máximo de conexões ou pontes com outras áreas do conhecimento e com as próprias dicotomias internas.

Concordando com Andrade (1998, p.23), “a Geografia não é um departamento isolado do conhecimento científico”; dessa forma, é possível se pensar que, ainda que cada ciência tenha o seu próprio método isso não deveria impedir “o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências” (MENDONÇA, 1998, p.40); a própria Geografia soube fazer isso com grande propriedade, recorrendo a métodos de outras ciências para, sobretudo, construir seu caráter científico. Dessa forma, é correto afirmar que a Geografia se caracteriza como uma ciência ponte, onde seus estudos são resultados de um processo que demanda um esforço em

utilizar conceitos e metodologias de outras ciências para produzir leituras em todas as escalas de análises, inclusive a global. Assim, a Geografia é a ciência do espaço terrestre justamente porque ela abarca nas suas investigações as relações entre o homem e a natureza, a dinâmica de um dado território e a própria construção da geografia onde vivemos.

Se a Geografia, enquanto ciência tem como seu principal papel o de explicar o mundo em que vivemos, então, certamente, que os geógrafos são cientes de que possuem uma tarefa complexa e interminável; seja pela infinidade de vetores que podem ser utilizados pelos geógrafos, como pela própria dinâmica do território que é constante e perene. E isso exige o aprimoramento da interpretação devido ao surgimento de novos elementos de análise. Portanto, o geógrafo tem como objetivo e objeto principal o estudo do território, independentemente da escala de análise. São estudos, que a depender da formação do geógrafo, deles podem ter como referências a dinâmica e composição dos elementos naturais, como também podem ter na cultura, nos sentimentos, nas manifestações, enfim, ser o homem seu ponto-chave para elaborar uma pesquisa de cunho mais filosófico sobre o significado de um dado território.

Portanto, o território construído a partir do comportamento do ser humano se configura numa vertente de análise que acrescenta substancialmente ao trabalho do geógrafo. De acordo com Milton Santos (1996, p.08) “se os próprios geógrafos não são capazes de oferecer às outras disciplinas uma visão clara da sua pertinência, todo debate se torna impossível”. Daí decorre esta proposta de reflexão que se pauta pela contribuição que a psicologia social ofereceu na formação de estudos da geografia da percepção e do comportamento.

Assim, a geografia, neste texto, se utiliza do território mental e da geografia comportamental como instrumentos para a elaboração de uma crítica as ideias e mecanismos que enxergam o mundo apenas em duas partes, aos blocos econômicos e sua metodologia excludente, a formação de blocos econômicos internos no Brasil através das cartografias regionais e estaduais, a produção de fronteiras mundiais e nacionais. Por outro lado, o território mental e a geografia comportamental são utilizados aqui também descrever exemplos de comportamentos que são bolsões de esperança para pensar numa utopia de mundo sem fronteiras a partir do que é construído no território mental daqueles que transgridem as cartografias oficiais.

A DIVISÃO DO MUNDO EM DOIS: UM LIMITE DE ANÁLISE

Na incapacidade de pensar uma geografia global, o planeta foi fragmentado em diversos territórios provocando um afastamento da sociedade do meio natural, da fisicalidade da geografia, e assim, o ser humano sequer reconhece no outro como parte de sua vida, pertencentes a uma mesma geografia. Numa tentativa de diminuir a limitação de compreensão sobre a Terra, estudiosos de diversas áreas do conhecimento optaram em estabelecer uma dicotomia geográfica e ideológica, Norte e Sul; onde o sul é quem sempre está embaixo do norte, e o norte se tornou para muitos do sul um objetivo de vida.

No período da “Guerra Fria” (1945-1990) assistimos a divisão geoeconômica do território mundial em primeiro, segundo e terceiro mundos, porém, com o esfacelamento da antiga União Soviética era necessário, mormente, para os economistas ligados aos países centrais buscar uma nova taxonomia para analisar a dinâmica das relações de trabalho entre as nações; ou novas ordens mundiais. Busca-se, então, na divisão de classes da sociedade uma analogia com a dinâmica global: pobres e ricos, depois, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e por último, talvez envergonhados pelo peso negativo que estas palavras possuem, lançam uma divisão geográfica Norte e Sul. Também existe um outro termo, “emergentes”, pelo qual as agências de monitoramento de risco de capitais utilizam como forma de dar um afago aos países que seguem suas cartilhas, como o Brasil, seria uma espécie de passaporte para o pobre entrar no círculo do rico.

Feita dessa forma, a cartografia abissal se mostra tão presente quando no seu início, em meados do século XVI, visto que “o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (SANTOS, B.S. 2010, p.39). Por isso, a divisão Norte/Sul, enquanto uma metodologia econômica, como um eufemismo para justificar que o planeta tem que ser classificado pelos seus níveis de desenvolvimento econômico, pois o que está como pano de fundo é manter a relação metrópole versus colônia tal como nos primórdios do colonialismo.

Evidentemente que a divisão Norte/Sul é uma invenção dos centros que comandam a economia mundial, portanto, uma criação daqueles que são limitados para compreender que existe uma interdependência mundial. Por outro lado, esta limitação de análise classificatória não é ingênua, mas preconceituosa e tendenciosa, tendo em vista que são as agências financeiras que estão a traçar e renovar as linhas abissais, desenhando uma cartografia perversa. No entanto, esse método simplista, reducionista e dicotômico parece que até o

momento é eficaz, tanto que Boaventura S. Santos (2013, p.240) alerta para o fato de que há uma “crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial”. Infelizmente, esse modelo perverso se tornou um modelo unificado, pois ele não é somente utilizado em escala mundial, mas também se encontra a divisão norte/sul dentro dos países, dentro dos estados e dentro das cidades. Assim, o sul ou o norte metafórico estão presentes em diversos territórios. Essa divisão econômica reforça que há uma nítida “impossibilidade da copresença dos dois lados da linha” (SANTOS, B.S. 2010, p.32), haja vista que o que está em jogo é a manutenção da relação de quem manda e de quem obedece.

É um equívoco que o mundo seja dividido em apenas duas partes, a força da diversidade de cada lugar contraria essa divisão simplista; de forma que se a globalização não conseguiu implantar uma hegemonia no seu sentido econômico, pois os territórios sempre têm sua resiliência, a classificação econômica se mostra frágil em tentar dividir o mundo dos pobres e o mundo dos ricos; sendo assim, a divisão econômica é apenas um modo de enxergar o mundo através de um economicismo limitante e limitado. Porém, essa é uma das características das epistemologias hegemônicas, que na visão de Ouriques (2014, pp.31-32) se mostram incompetentes para “impedir o triunfo da devastação econômica e ambiental e da ascendência neo-fascista” em alguns lugares do mundo; daí a incapacidade dessas epistemologias de compreender a totalidade e a diversidade do mundo.

Se mantivermos uma análise, ainda que metafórica, do mundo entre norte e sul, é possível que continuemos a viver numa dicotomia que indique que um dia o mundo venha ser todo sul ou todo norte; o que é um grande equívoco, pois os territórios são dinâmicos, cada um com sua especificidade histórica e paisagística. Portanto, a luta é contra uma situação de hegemonia perversa; não entre o norte e o sul; não de pobres contra ricos.

É preciso que nos libertemos de concepções que não contribuem para se compreender a dinâmica global e que tentam simplificar as características da Terra em apenas dois lados. Existem países, comunidades, que não se encaixam no simples maniqueísmo econômico; são territórios que de certa forma são invisíveis para o capital, mas que nem menos incluídos no território global, na geografia do mundo, quanto os maiores centros econômicos, daí a diversidade de simplicidades do planeta em que vivemos.

O grande paradoxo geográfico que o Brasil e outras ex-colônias na América Latina tiveram foi que a suas emancipações políticas não se traduziram em liberdade de movimentação pelo território global, pois a grande maioria pobre de seus povos ficou e continua confinada. As fronteiras entre os países não estão apenas estabelecidas por

coordenadas geográficas, pelos mapas oficiais, mas também com barreiras físicas erguidas por aqueles que não toleram as diferenças e usam o discurso da proteção como justificativa para selecionar quem entra ou não em “seus territórios”. Seria fundamental desenvolver uma ideia de transição natural assim como acontece na ecologia, onde os ambientes possuem características distintas, mas que não impedem uma convivência harmônica.

A UNIÃO COMO PERDA DA INDIVIDUALIDADE: A BUSCA DA PERVERSA HEGEMONIA

Seja na divisão geoeconômica norte/sul ou na cartografia dos pontos cegos o que se percebe é que há a confecção de mapas que tem como objetivo o fortalecimento de alguns e a exclusão de outros, pois este é o princípio básico da formação de blocos, sejam eles centrais ou regionais.

A cartografia dos blocos aparece como mais uma possibilidade de perpetuação de uma forma de poder e ao mesmo tempo é uma necessidade de sobrevivência de alguns países no mercado internacional. Essa solidariedade de grupo, que adota a ideia de união, oferece um pacote de benesses à população partícipe, porém, o escopo principal dos blocos é fortalecer a economia através de tratados que, na sua maioria, tendem estabelecer a cotação de determinados produtos e controle de outros territórios. Um bom exemplo disso está na ideia que configurou historicamente os blocos econômicos: o norte americano (EUA), o europeu (U.E.) e o asiático (Japão); cada um com suas periferias bem delimitadas, e essas periferias vão se espelhar nos seus centros criando blocos regionais como o MERCOSUL e CONESUL (na América Latina), SADC (África), APEC (Ásia), apenas para citar alguns exemplos. A metodologia de formação desses grupos é análoga aos princípios do contrato social, que “assenta em critérios de inclusão que, portanto, são também critérios de exclusão” (SANTOS, B.S. 2002: 06). Seja em que nível for essa união pressupõe a exclusão de tantos outros, e o mais importante, perdem sua identidade.

Portanto, os blocos econômicos são mais uma estratégia falsa de união entre povos; eles servem para atender ao mercado de capitais que nunca foi solidário, social e tampouco tem na moral a base do seu comportamento. O mercado internacional se aproveita da debilidade de governança, um mal que se estabelece na maioria dos países, haja vista que seus territórios são comandados pelos grandes grupos econômicos que são ‘solidários’ apenas entre os seus membros; contudo, uma solidariedade que depende da solidez econômica de cada membro. A outra falácia sobre os blocos é de que os países participantes recebem

tratamento igual; certamente que Portugal não tem o mesmo poder de influência que a Alemanha dentro da União Europeia. Assim, dentro dos blocos há uma hierarquização entre os países. Ora, então, para que fazer parte de um bloco se o sistema de quem manda e quem obedece está presente? Portanto, dentro dos blocos há uma repetição da divisão internacional do trabalho.

No Brasil, a ideia do cooperativismo, principalmente no meio rural se tornou uma unanimidade incontestável, onde a reunião de pequenos agricultores numa cooperativa dá-lhes a sensação de que estão inseridos no agronegócio; e esse é o objetivo de quem comanda o mercado, seduzir o pobre com a promessa do sucesso financeiro. Esta concepção de desenvolvimento, chamada de globalização, invade e força os diferentes lugares do mundo a participar, sejam como atores principais ou simples figurantes, de sua expansão. Segundo Milton Santos (2002, p.41) ela,

[...] afeta todo o território nacional, mudando, brutal e cegamente, os equilíbrios e as perspectivas, mas, sobretudo, trazendo um fermento de desagregação, um impulso à quebra dos cimentos nacionais pacientemente construídos, e comprometendo a ideia de nação e de solidariedade.

Assim, através de um olhar crítico, pode-se dizer que tanto a União Europeia como qualquer tipo de associação são gravetos amarrados que estão juntos, nem sempre espontaneamente, mas porque se sentem fracos individualmente. E isto, só se sustenta porque no cerne da questão está na incapacidade de conviver e respeitar as individualidades geográficas; daí Boaventura S. Santos (2013, p.17) defender que a linha abissal

Longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade listadas pelo capital financeiro).

Logo, é fundamental repensar a formação de blocos, em qualquer escala, como um discurso de união haja vista que ele tem demonstrado que é um fracasso, pois coloca a sociedade em segundo lugar; a preocupação maior é com a economia. O MERCOSUL que ficará apenas nas enciclopédias como uma referência histórica de uma tentativa de união do Brasil com alguns dos seus vizinhos, e a incipiente implosão da União Europeia (BREXIT e a expansão política dos ultranacionalistas), são exemplos que a engenharia dos blocos não foi bem elaborada. A continuar nesse caminho, significa que as dificuldades para se compreender que o outro também é parte de sua geografia, será o mesmo que aceitar que a face perversa da globalização foi vitoriosa. A cartografia hegemônica deseja e trabalha constantemente para que cada vez mais a identidade dos lugares seja suprimida, menosprezada. Tudo isso indica que se perdeu a capacidade de negociar com a diversidade, dessa forma, tenta-se reduzir o

mundo em duas partes, estabelecendo um panorama de maniqueísmo, como se isso fosse possível. Daí a necessidade urgente na formação de diplomatas competentes.

Ao tomar os diversos blocos, instituições cooperativas, etc. como ponto de análise da dinâmica territorial pretende-se mostrar o quão frágil é esse pensamento de união, pois, no interior desses projetos não está a união em benefício da sociedade, mas em prol dos membros, dos sócios, dos cooperados. São blocos de caráter hegemônico e de exploração. Nesse sentido, seria benéfico ao mundo que outras nações como o Reino Unido saíssem da União Europeia, que o bloco se desintegrasse, numa transição da tradição dualista para a emergência do não dualismo, como propõe Ouriques (2014) através de economia psicopolítica. Afinal, fazer ou não parte de um bloco é a repetição de um cenário maniqueísta e, por conseguinte, dualista.

Um dos símbolos mais significativos da fragmentação da sociedade universal são as alfândegas, pois não passam de um meio coercitivo para impedir pessoas que se vestem diferente ou pessoas que tenham uma corporeidade fora dos padrões estabelecidos pelo modelo eurocêntrico, de atravessar para o outro lado da linha. Portanto, não há zonas de fronteiras, há zonas de ‘proteção’ e repressão de territórios. Talvez, isso pode ser explicado pelo chamado caráter abissal que “manifesta-se no elaborado trabalho cartográfico investido na sua definição, na extrema precisão exigida a cartógrafos, fabricantes de globos terrestres e pilotos, no policiamento vigilante e nas duras punições das violações.” (SANTOS, B.S. 2010, pp.35-36). É como se estivéssemos vivendo numa erada criação de direitos para o homem se proteger do próprio homem, enquanto humanidade.

A SOCIEDADE E A INSURGÊNCIA CONTRA A CARTOGRAFIA OFICIAL: ALGUNS EXEMPLOS

Certa vez o geógrafo Manuel Correa de Andrade escreveu como era difícil mapear as ações das grandes empresas, tendo em vista que elas diluíam suas atividades em diversos ramos de atuação. Se fizermos uma adaptação da preocupação de Manuel Correa de Andrade para uma análise sobre a dinâmica norte/sul vamos ver uma coerência no que concerne a dificuldade de cartografar e identificar as linhas abissais, pois de acordo com Boaventura S. Santos (2010, p.40) “a permanência das linhas abissais globais ao longo de todo o período moderno na significa que estas se tenham mantido fixas. Historicamente, as linhas globais que dividem os dois lados têm vindo a deslocar-se”. E é possível que esse deslocamento se dê muito antes que as linhas sejam traçadas num papel, pois antes do mapa impresso vem o mapa

mental, que diferente dos mapas rígidos, é produzido sem que haja nenhum cálculo matemático, e estão presentes tanto num pensamento do norte como no sul global, e qualquer que seja o seu objetivo, o final sempre é pela busca por um território. Portanto, as linhas abissais também são, antes de tudo, resultados da produção do território mental, que se configura num vetor de organização e desorganização dos territórios.

Nos dias atuais a geopolítica é muito mais complexa, e por isso tão rica; há uma dinâmica mais intensa da sociedade, o que tem exigido por parte daqueles que se dedicam ao estudo do território um esforço maior para entender as relações entre os países, pois diferentemente de quando o mundo vivia em períodos de guerras explícitas era mais fácil reconhecer os motivos das alianças. Na geopolítica atual dificulta, por exemplo, explicar como países que criticam os regimes político ou econômico do outro, mantenham estreitas relações econômicas tanto na importação como na exportação de produtos; países que criticam duramente a falta de direitos humanos, que denunciam condições subumanas aos seus trabalhadores e a humilhações as mulheres num dado país e mesmo assim estabelecem trocas de mercadorias.

Como admitir que um país se relacione com o outro que impõe à sociedade um regime autoritário e corrupto? Como explicar a relação que um país tem com o outro onde o arsenal bélico é sua principal característica? Como estabelecer diplomacia com países que adotam a pena de morte? Certamente que a explicação mais visível nessas relações está justificada pela dinâmica econômica, por isso, não há o compromisso com a moral e a ética nessas relações. Mas, para além da economia existem outras explicações que não são vistas a olho nu; as respostas podem estar nos pontos cegos, que são aqueles que nem mesmo os radares mais potentes conseguem identificar. Contudo, os pontos cegos estão mapeados e cartografados nas mentes e nos documentos secretos oficiais. Porém, mesmo diante de uma cartografia confusa ou caótica é possível identificar, através de olhares críticos, que nestes pontos cegos podem estar o

Tráfico de escravos e trabalho forçado, uso manipulador do direito e das autoridades tradicionais através do governo indireto, pilhagem dos recursos naturais, deslocação maciça de populações, guerras e tratados desiguais, diferentes formas de apartheid e assimilação forçada (SANTOS, B.S. 2010, p.38).

Todos esses elementos descrito por Santos, B.S. (2010) estão dentro de um território mental que produz cartografia mental utilizada por governos e empresas inescrupulosos de acordo com seus interesses, e que são camuflados para que não sejam visíveis pela grande massa da sociedade mundial. Todavia, os pontos cegos ou lugares opacos sempre encontram

uma maneira de resistirem e de mostrarem a sua existência e descontentamento com o sistema político/econômico perverso.

O fato de que os movimentos nas ruas, como a dos Indignados na Espanha e os de Junho de 2013 no Brasil, foram e são eficazes no protesto mas, por um lado, na maioria das vezes falham na prática política: interrompem-se como surgiram ou, como no caso brasileiro, acabam capturados pela violência e mesmo pelo fascismo, tendo em vista a falta de consciência contra o quê estão protestando e a favor de quê estão lutando (OURIQUES, 2014, p.39).

Esta reflexão feita pelo Professor Evandro Ouriques também nos leva a pensar em: 1) dificilmente movimentos de grandes repercussões, com um enorme contingente de pessoas poderá atingir um único objetivo, pois a indignação é derivada por diversos contextos, com diferentes estados mentais; 2) sobre a falha na política, imprevisível que tantos territórios mentais elejam um para representá-los numa situação de extrema manifestação desorganizada politicamente, sem partidos, sem igreja, sem sindicatos etc.; 3) a maior contribuição desses movimentos pode estar no fato comum, causar o desconforto, sobretudo, no meio político, econômico, e na segurança pública. Não muito longe do papel dos intelectuais, que na visão de Milton Santos, esses movimentos causam o desconforto. O sucesso do movimento pode ser analisado e medido pela quantidade de reportagens, artigos e documentários foram gerados por esses movimentos, e que acabaram por ter uma disseminação intensa nas redes sociais e meios de comunicação.

A geografia produzida pelos governos, nas diferentes escalas, se mostra obsoleta frente às diversas necessidades da humanidade, seja no Brasil ou em qualquer outra parte do território global. Manifestações como a de 2013 no Brasil, *Ocuppy Wall Street* em 2011, a Primavera Árabe em 2010, e recentemente diáspora do povo sírio em direção à Europa, são exemplos de que vivemos numa profunda crise entre as cartografias oficiais e um mundo sem fronteiras requisitado por aqueles que não desejam mais habitar lugares opacos. Assim, se estabelece conflitos territoriais produzidos por conflitos nos territórios mentais, que por sua vez ignoram qualquer forma de fronteira.

Em escala global o Movimento *No Border* se configura num desejo daqueles que desejam um mundo sem fronteiras tal como desejou Milton Santos e outros humanistas que estudam a dinâmica global a partir do direito que todo o ser humano deveria ter no que se refere ao deslocamento pelo território, isto é, a liberdade de movimento. Esse ativismo entende que não existe lugar proibido para ninguém morar, visitar; assim, não haveria refugiados, não haveria pessoas ilegais em nenhum território. Seria uma espécie de abolir o passaporte, o que significaria que as pessoas teriam o mesmo direito que o dinheiro, visto que

as transações financeiras circulam por caminhos virtuais e que dificilmente encontram barreiras no seu deslocamento de um lugar para outro.

É POSSÍVEL VIVER SEM UM MAPA?

Talvez esse seja um questionamento que surja depois de se fazer a leitura do resultado dessa pesquisa; pois o desmanche das linhas abissais, colocar em luminosidade os lugares opacos e entender que o território mental é, sobretudo, um território individual, são análises que podem ser compreendidas como a eliminação da cartografia. Contudo, não seria este o caminho proposto por essa pesquisa. Os mapas sempre vão existir, sejam eles impressos num papel ou produzidos na mente de cada um.

No que se refere aos mapas impressos no papel, por enquanto não foi criada outra opção palpável de demarcação de território e como metodologia de gestão do território. Talvez a grande questão seja como não vivermos confinados nos mapas impostos pelas cartografias oficiais. Não são os mapas que nos separam, que criam o bairrismo, o ódio, a hierarquização dos lugares etc. Os mapas são instrumentos que colaboram com organização dos territórios; não são uma entidade com poderes para imprimir no território alguma características, eles contribuem no mapeamento de alguns vetores, tais como, a economia, produção agrícola, situação eleitoral, questões ambientais, e outras infinitudes de demarcações. Apesar dos mapas mentais, estes estão em constantes transformações, tendo em vista que o território mental se alarga ou contrai a partir das perspectivas de mundo de cada indivíduo. Cada território mental é único, o que dificulta, de certa forma, pensar na existência de um território mental coletivo.

Milton Santos (2004, p.92) diz que a geografia da percepção e comportamental “ainda que seja rica de promessas como uma abordagem parcial, ela ainda não foi capaz de comprovar sua validade”, e uma justificativa para essa sentença de Milton Santos pode estar no fato de que o estudo de um dado território envolve uma infinidade de variáveis, e estas variáveis possivelmente possuem forças que sobrepõem ao comportamento de um único indivíduo. Assim, do ponto de vista de uma organização espacial, fica inviabilizado para a geografia um estudo em que a individualidade seja fundamental para a compreensão do território.

Por outro lado, nada impede que geógrafos e outros estudiosos do território se utilizem da individualidade como um dos vetores de análise para a dinâmica territorial. Afinal, quando no trabalho de campo o pesquisador abre a oportunidade para que pessoas da comunidade

pesquisada expressem seus sentimentos ele deseja saber qual comportamento é estabelecido entre pessoas e território. Quando o pesquisador adota esse procedimento ele também,

Aposta na transdisciplinaridade enquanto desestabilização do que se delimita como campo de uma disciplina (...). Com a desestabilização emerge o plano de constituição dos domínios de conhecimento em que as dicotomias dão lugar aos híbridos e as fronteiras apresentam seus graus de abertura, suas franjas móveis por onde os saberes se arguem e as práticas mostram sua complexidade (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA 2015,p.202).

Portanto, quando Ouriques (2009, p.77) propõe o “território mental como um conceito político”, ele ensaia a produção de uma alternativa de como compreender o território geográfico a partir do território mental, contrapondo a uma continuidade cultural do maniqueísmo entre o abstrato e o concreto. Logo, não se pode descartar a hipótese de que o território geográfico é também fruto das manifestações que se dão no território mental. E este é o caminho metodológico dessa reflexão, que se apoia no conceito de *Mente Sustentável*, que segundo Ouriques (2009, p.210) é um “lugar transdisciplinar de encontro de muitas escolas de pensamento e ação”; neste sentido, a própria geografia foi construída cientificamente numa profusão de métodos e técnica de outras ciências. Nessa perspectiva de Ouriques (2009), acrescentaria a enfática postura de Milton Santos (1996) no que concerne a não cair na armadilha de produzir um pensamento crítico baseado numa ciência social monodisciplinar.

Voltando ao papel da geografia, Milton Santos(2002, p.30) dirá que “a geografia se ocupa das relações entre a sociedade e o seu entorno, desde a comunidade humana e o planeta até a escala do lugar menor”. Se concordarmos com Milton Santos, então, é possível aceitar que uma pesquisa que se dê num cenário em que há relações que envolvam pessoas o comportamento das mesmas, então, seus sentimentos em relação território devem ser levados em consideração. De acordo com Passos; Kastrup e Escossia (2015, p.204), “Habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado, o que significa alterar prioridades e eventualmente redesenhar o próprio problema”; e o inesperado está presente, mormente, nos vetores considerados como abstratos do que nos símbolos concretos. Todavia, estes vetores, ao contrário do seu caráter de abstratividade, se mostram eficazes provocando modificações concretas na dinâmica territorial.

Assim, a divisão do mundo em duas partes depois da Segunda Grande Guerra, uma limitação de classificação; as propostas de união tendo como base a concepção de blocos econômicos, que não são ingênuas; a criação de regiões no Brasil que imitam a divisão econômica mundial; as Unidades Federais do Brasil concebidas e tratadas como se fossem ilhas desconectadas do território nacional; são exemplos da concretização da produção de

territórios mentais organizados que comandam os territórios geográficos. Do outro lado, estão os insurgentes que se rebelam contra essas cartografias oficiais, que são também produtos de diversos territórios mentais organizados ou não. Em ambos os casos há uma ebulição de pensamentos, sentimentos, que vão influenciar nas ações sobre o território. Certamente que tanto no grupo dos que comandam o território, assim como no grupo dos insurgentes, cada um tem seu território mental; entretanto, criam, ainda que provisoriamente uma cartografia onde possam abrigar, pelo menos, um dos sentimentos que os guiem numa mesma direção.

Boaventura de Sousa Santos (2013, p.240) alerta para o fato de que há uma “crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial”. Contudo, a não ser que haja um sufocamento das ideias, é possível que as epistemologias do sul e novas teorias indígenas possam oferecer outros caminhos que objetivem desmanchar ou denunciar essas fronteiras através da comunhão de territórios mentais como o Movimento Passe Livre, os movimentos das comunidades tradicionais ocupando as cidades, acampamentos da *Wall Street*, a Primavera Árabe, a sociedade chinesa exigindo por democracia no voto, os *No Borders*, que ignoram as cartografias oficiais em busca de reconhecer que o território global, o planeta Terra, não deve ser um território privado.

CONCLUSÃO

Portanto, estamos diante da emergência de uma parte da sociedade que não se conforma com o cenário mundial atual, onde o capital, mas, também, o socialismo não encontram nenhum tipo de barreira para cruzar as fronteiras, enquanto que as pessoas, não raro, têm seus corpos e mentes invadidos para poder entrar num outro país. E no plano nacional, os movimentos da sociedade apontam para uma popularização do território, no sentido de uma tomada de consciência sobre uma reorganização ou mesmo a adoção de uma desordem necessária.

E dessa forma os muros vão sendo erguidos delimitando cidades, estados, países; onde cada vez mais o território passa a ser artificializado oferecendo um aumento de conforto principalmente para aqueles que detêm o poder, aqueles que estão à margem vão criando seus métodos de garantir sua sobrevivência esperando poder ter o mesmo padrão. Talvez por isso que a dinâmica do território global é um campo inesgotável para todas as áreas do conhecimento que buscam produzir reflexões sobre as relações entre os homens e desses com o espaço geográfico.

Se para alguns teóricos a conformação cartográfica atual do território global pode ser entendida como uma normalidade devido aos processos históricos da humanidade, a indolência humana está nos mostrando que as geografias oficiais não servem mais a uma parte da sociedade global que entende planeta Terra como a morada de todos. Decerto que para aqueles que vivem no chamado norte desenvolvido desejam que as coisas permaneçam como estão, com a história contada e reforçada apenas pelo colonizador; porém, também é correto afirmar que os que continuam sob a pressão ideológica colonizadora não desejam mais permanecer segregados nos territórios de exclusão, que alguns poucos tenham direito aos lugares luminosos; isto é, se é possível estar bem quando grande parte da sociedade vive nos lugares opacos.

Em uma de suas palestras, Milton Santos disse que precisávamos construir teorias indígenas. Isto quer dizer, não copiar a Europa ou os Estados Unidos, mas pensarmos em como produzir propostas endógenas para o desenvolvimento, libertando de uma neocolonização intelectual. A ideia é que busquemos uma forma de se desenvolver e compreender o mundo a partir dos nossos olhares.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel C. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.
- FERRÃO, J. Território, última Fronteira de Cidadania? **Caderno Prudentino de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente, n.º 24, pp. 7-15. 2002.
- GUPTA, A; FERGUSON, J. **Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença**. In: ARANTES, Antônio A.,(org.). O espaço da diferença. Campinas (SP): Papius, 2000.
- MENDONÇA, F. **Geografia física: ciência humana?** 6ª.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 20ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. 14ª.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- OURIQUES, E. V. Sobre a Economia Psicopolítica. **Ofícios Terrestres** n.º 31, pp. 30-48, julho/diciembre, 2014.
- OURIQUES, E. V. entrevista à Revistapontocom, 2012. Consultado em <http://revistapontocom.org.br/entrevistas/territorio-mental-a-chave-do-ser-humano>. Acesso em 27/10/2016.

OURIQUES, E. V. Território Mental, o nó górdio da democracia. **Revista Democracia Viva**. nº42, pp. 76-81. 2009.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9ª ed. Coimbra/Portugal. Edições Almedina, 2013.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes**. In: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S. **Reinventar a democracia**. 2ªed. Lisboa/Portugal. Gradiva, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª edição. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaios de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. 3ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SILVA, S.C.B.M. e SILVA, B.N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVEIRA, R.W.D.; VITTE A.C. **Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia**. Porto/Portugal: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), 2010.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.